

ano 18 – n. 3 | setembro/dezembro – 2021
Belo Horizonte | p. 1-261 | ISSN 1806-910X
R. de Dir. Empresarial – RDEmp

Revista de
DIREITO EMPRESARIAL

RDEmp

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

DOCTRINA

A reforma da Lei de Recuperação de Empresas e Falência sob a ótica dos custos de transação

Marlon Tomazette, Tadeu Alves Sena Gomes	13
1 Introdução	13
2 Os custos de transação e a preservação da empresa	15
3 A reforma das disposições comuns à recuperação e à falência à luz dos custos de transação	21
4 A reforma da recuperação judicial à luz dos custos de transação	23
5 A reforma da falência à luz dos custos de transação	25
6 Conclusão	27
Referências	29

Contrato de representação comercial: perspectivas e desafios para a superação de temas não pacificados na doutrina

Marcus Elidius Micheli de Almeida, Thales Janguê	31
1 Introdução	31
2 Conceito e características da representação comercial.....	33
3 As partes do contrato e suas obrigações contratuais e legais	39
4 Temas ainda não pacificados sobre a representação comercial	43
4.1 A similaridade com o contrato de agência	43
4.2 Distinção da representação comercial dos demais contratos de colaboração: franquia, concessão comercial, distribuição, comissão e mandato	45
4.3 Inaplicabilidade da legislação trabalhista ao contrato de representação.....	49
5 Rescisão contratual e direitos do representante	51
6 Conclusão	54
Referências	55

A complexidade funcional das marcas comerciais

Ana Paula Colombo, Alejandro Knaesel Arrabal, Araken Alves de Lima	57
1 Introdução	57
2 Distintividade marcária	58
3 Complexidade funcional da marca e seu valor.....	66
4 Considerações finais	73
Referências	74

Contrato de indenidade: interesse social e efeitos retroativos

Gustavo Rabelo Tavares Borba	77
I Introdução	77
II Das características básicas dos contratos e políticas de indenidade	78
III Da atuação como “agente” da sociedade	83
IV Da possibilidade de efeitos retroativos	85
V Conclusão	87
Referências	88

Assembleias gerais ordinárias no Brasil após pandemia da Covid-19: a modalidade virtual e a possível permanência da versão híbrida no direito societário nacional

Laura Soares Miranda dos Santos, Leonardo da Silva Sant Anna	91
1 Introdução	91
2 A regulação da assembleia geral ordinária virtual nas sociedades e o isolamento social	93
3 A Medida Provisória nº 931/2020 e sua conversão na Lei nº 14.030/2020.....	96
4 As instruções normativas do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração e da Comissão de Valores Mobiliários	98
5 Realização e procedimentos da assembleia geral virtual: vantagens e desvantagens	100
6 Conclusão	102
Referências	104

Uma abordagem acerca da administração das empresas em recuperação judicial

Maria Carla Oliveira Rocha Tolentino, Jason Soares de Albergaria Neto	107
1 Introdução	107
2 Aspectos relacionados à administração na recuperação judicial de empresas	109
2.1 Abordagem inicial sobre as finalidades da recuperação judicial	109
2.2 Da administração das sociedades em recuperação judicial	110
2.3 Hipóteses de afastamento dos administradores das sociedades em recuperação judicial	113
2.3.1 Aspecto temporal da ocorrência das hipóteses do art. 64 da Lei nº 11.101/2005	116
2.4 Da nomeação de gestor judicial	118
2.5 Do modo de substituição do administrador.....	119
3 <i>Watchdog</i> como alternativa de solução aos problemas de gestão	121
4 Conclusão	122
Referências	124

Má gestão pública, improbidade administrativa e mecanismos anticorrupção

Renan William de Deus Lima, Luiz Alberto Blanchet	127
1 Introdução	127
2 Aspectos gerais da corrupção (<i>lato sensu</i>) no Brasil	128
3 Má gestão, improbidade administrativa e corrupção (<i>stricto sensu</i>) – Diferenças conceituais	132
3.1 Má gestão administrativa.....	133
3.2 Improbidade administrativa	135
3.3 Corrupção em sentido estrito	136
4 Novos mecanismos anticorrupção no Brasil.....	139
5 Considerações finais	143
Referências	144

Delineamentos jurídicos da certificação de qualidade

Flavia Trentini	147
Introdução	147
1 Definição jurídica de certificação	148
2 Qualidade: um conceito indeterminado	155
3 O sistema europeu de qualidade	156
Conclusão	161
Referências	162

A empresa contemporânea e os seus desafios jurídicos

Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira, Gabriela Eulalio de Lima	165
Introdução	165
1 A empresa em seu formato tradicional e algumas considerações de Ejan Mackaay e de Stéphane Rousseau	166
2 A era das <i>startups</i> e das novas economias	171
3 O direito e as novas tendências empresariais	175
Conclusão	179
Referências	181

O financiamento do devedor sobre-endividado em recuperação: o que muda com a reforma (Lei nº 14.112/2020)?

Orlando Celso da Silva Neto	185
Introdução	185
Os objetivos de política pública inscritos na lei e a necessidade de financiamento... ..	190
O <i>DIP financing</i> e o mercado de compras de créditos e financiamentos	192
<i>DIP financing</i> nos Estados Unidos	195
O regime jurídico da recuperação como mecanismo viabilizador do financiamento do devedor	197
O problema do sobre-endividamento exagerado e das prioridades	197
Credores preexistentes fazem o novo empréstimo	199
Novos financiadores fazem o novo empréstimo, mas os antigos credores renegociam débitos e direitos	200
Outorgam-se privilégios ao crédito do novo financiador	201
Outorgam-se privilégios parciais ou relativos ao crédito do novo financiador	202
Alienação da totalidade dos ativos/UPIs sem sucessão	203
O <i>DIP financing</i> no Brasil após a Lei nº 14.112/2020	204
Conclusão: as mudanças da Lei nº 14.112 não são mecanismos viabilizadores do financiamento do devedor sobre-endividado, mas também não atrapalham	206
Referências	208

A influência dos precedentes na mediação empresarial

William Soares Pugliese, Luciana de Andrade Amoroso Remer, Juliana Leticia Suttilli Carniel	211
1 Introdução	212
2 Conceito e elementos dos precedentes	213
3 Mediação: conceituação e técnicas	215
4 Precedentes e mediação empresarial: pontos de intersecção	219
5 Conclusão	224
Referências	226

Prova pericial em matéria de propriedade intelectual: a ausência de critérios para nomeação de peritos e a eficácia das decisões judiciais baseadas exclusivamente no laudo pericial

Eduardo Oliveira Agostinho, Mirna Renata Conceição, Oksandro Osdival Gonçalves	229
1 Introdução	230
2 Prova pericial no âmbito da propriedade intelectual	231
3 Vulnerabilidade da eficácia dos ativos intangíveis perante o Poder Judiciário	235
4 Eficácia das decisões judiciais baseadas exclusivamente no laudo pericial	240
5 Conclusão	243
Referências	245
Apêndice: Tabela dos dados relevantes dos processos pesquisados	247

Normas Técnicas	251
Normas Técnicas	255
Technical Standards	259